



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE

REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL ORIUNDA DE OBRA DE UTILIDADE PÚBLICA

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS TÉCNICOS

I. TEMAS APOIÁVEIS

1. Restauração ecológica e Conservação de ecossistemas
2. Desenvolvimento de viveirismo comunitário e regional
3. Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais e do uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade
4. Planejamento e implantação de Corredores de Biodiversidade
5. Pesquisa científica aplicada à restauração e conservação
6. Conservação de espécies ameaçadas de extinção
7. Controle de espécies exóticas invasoras
8. Educação ambiental

Obs.: Os projetos impreterivelmente devem prever ações práticas em campo. Ou seja, atividades de ganho ambiental indireto como ações de fomento, desenvolvimento, pesquisa ou educação ambiental, reuniões técnicas ou seminários só serão passíveis de aprovação quando vinculadas às ações de campo. Ex1: Um projeto que preveja pesquisa científica sobre produção de mudas de árvores deve contemplar o efetivo plantio de mudas ou a recuperação de áreas degradadas. Ex2: Ações de Educação ambiental somente poderão ser aprovadas quando complementares a outros temas apoiáveis.

II. ÁREAS PRIORITÁRIAS DO RS PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS

1. Áreas do RS inclusas na Portaria MMA n. 09/2007 (e atualizações), conforme prioridade de interesse para a conservação (Extremamente alta > Muito Alta > Alta).
2. Áreas inclusas na publicação “Mapeamento para a conservação e recuperação da biodiversidade na Mata Atlântica (Cunha e Guedes 2013).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE**

3. Unidades de Conservação de proteção integral.
4. Áreas de Proteção Ambiental (APA).
5. Entorno de unidades de conservação.

OBS.: Os arquivos das publicações e mapeamentos citados podem ser baixados no link <http://www.sema.rs.gov.br/reposicao-florestal-obrigatoria-rfo>

III. PRAZOS E FORMA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

O recebimento de propostas possui fluxo contínuo, portanto, as propostas de projetos técnicos podem ser enviados a qualquer tempo para a SEMA através do e-mail: dlf@sema.rs.gov.br, e devem conter no assunto os termos “Projeto técnico RFO”.

As propostas apresentadas serão submetidas à análise técnica pelos Analistas Ambientais do Departamento de Biodiversidade da SEMA, e se aprovadas, comporão um “Banco de Projetos” do órgão. A análise das propostas se dará por ordem de envio, registrada na data de recebimento do e-mail. Somente os projetos técnicos aprovados serão divulgados na sessão “Banco de Projetos de RFO” no site da SEMA.

IV. ESTRUTURA DAS PROPOSTAS

As propostas devem conter minimamente a seguinte estrutura:

1. Título do projeto
2. Dados do proponente (Nome, CPF/CNPJ, endereço para correspondência, e-mail, telefone).
3. Dados da equipe técnica (Formação de cada profissional, indicação do coordenador técnico, e-mail e telefone).
4. Antecedentes e experiência da entidade proponente com o tema proposto
5. Resumo do Projeto (até 500 palavras).
6. Justificativa (motivos e relevância do projeto).
7. Região de atuação e público-alvo do projeto
8. Objetivo Geral e Objetivos Específicos
9. Metodologia executiva



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE**

10. Resultados esperados (elencar os produtos esperados)
11. Orçamento (deve ser apresentado em detalhe, relacionando o tipo da despesa com a atividade a ser executada e o produto esperado).
12. Cronograma executivo (os projetos deverão ter a duração máxima de 36 meses).
13. Documento comprovando antecedentes e experiência qualificada da instituição e do corpo-técnico com os temas do projeto.
14. Estrutura administrativa (deve informar se costuma receber recursos via alguma instituição de fomento. Ex: Fundações como FAPERGS, FAURGS, FAPEG ou outra).

V. CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE PELO DBIO/SEMA

As propostas de projetos técnicos serão analisadas pelos seguintes critérios:

1. Qualidade técnica geral do projeto
2. Pertinência aos temas prioritários definidos pela SEMA.
3. Retorno socioambiental mensurável
4. Execução do projeto em áreas prioritárias para a conservação
5. Estrutura de projeto clara, e relações inequívocas entre Objetivos, Orçamento, Ações propostas e Produtos.
6. Comprovação de experiência qualificada da instituição e do corpo-técnico com os temas do projeto.
7. Inclusão de povos e populações tradicionais, agricultores familiares e populações periurbanas em fragilidade econômica no público-alvo do projeto;
8. Transferência de know-how gerado no projeto para comunidade local e órgãos ambientais e de extensão rural.

VI. REFERÊNCIAS

Cunha AA, Guedes FB. Mapeamentos para conservação e recuperação da biodiversidade na Mata Atlântica: em busca de uma estratégia espacial integradora para orientar ações aplicadas. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, DF; 2013. Capítulo 7, Perspectivas para a integração de dados e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE**

uso de sistemas de informação geográfica e da ecologia de paisagens para a tomada de decisão para a conservação e recuperação da biodiversidade da Mata Atlântica brasileira; p. 201-216.